

DIPLOMACIA

EMPRESARIAL

Economia - Brasil
Mais incentivos para
o mercado interno

Fábio Lacerda S. Pietraroia*

O Brasil não pára de bater recordes em sua balança comercial, inundando o mercado com dólares. O impressionante afluxo de moeda estrangeira segue impulsionado também pela taxa de juros anuais reais de 12,9%, de longe, a mais alta do mundo. Recentemente, essa enxurrada de dólares possibilitou ao governo brasileiro, num ato histórico, anunciar a antecipação do pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao FMI. Resultado positivo? Em parte. Mas não podemos ter uma visão tão simplista. É preciso considerar também o lado negativo dessa política econômica.



Tem havido um crescimento monstruoso da dívida pública. Para restringir a apreciação do real e controlar a taxa de câmbio, o Banco Central tem ampliado suas reservas de dólares através de onerosas operações de "swaps cambiais inversos", ou seja, tem trocado dívida em dólares nos mercados locais por dívida em reais vinculados à taxa Selic. Assim, o Brasil torna-se credor de câmbio, mas fica devedor de juros. Segundo dados do Tesouro Nacional, a dívida pública total aproxima-se de R\$ 960 bilhões.

À medida que o conservadorismo do Copom não permite uma queda mais rápida e expressiva da taxa Selic (atualmente em 18%), o endividamento da União cresce muito além do que seria desejável para consolidarmos, de fato, os fundamentos da economia brasileira. Não há dúvida de que é necessário conter a desvalorização do dólar, sob pena de prejudicar as exportações. Contudo, uma aceleração significativa na queda da taxa Selic teria o mesmo efeito, pois desestimularia a entrada de capital especulativo no país, contendo a apreciação do real, e reacendendo a atividade econômica doméstica.

O baixo nível de atividade econômica é justamente um

dos maiores problemas da atual conjuntura brasileira. Segundo a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), enquanto a economia latino-americana crescerá, em média, 4,3% em 2005, a economia brasileira crescerá modestos 2,5%. Cabe, então, questionarmos: qual a parcela das nossas exportações — que tanto cresceram nos últimos tempos — deve-se realmente à conquista de vantagens competitivas por parte do empresariado nacional e quanto da produção brasileira foi desviada do mercado interno rumo às exportações, como medida desesperada das empresas para sobreviver, num ambiente onde o poder de consumo está profundamente debilitado? Em outras palavras, as empresas estão exportando mais porque ficaram mais competitivas ou porque não conseguem vender no mercado interno?

Com a aproximação das eleições e a intensificação das pressões políticas, o governo parece estar finalmente rendendo-se à urgência de atuar para recuperar o poder de consumo e o ritmo da atividade econômica. Medidas como o reajuste do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda agem nesta direção. Por sua vez, as recentes reduções de alíquotas de IPI sobre tratores agrícolas, softwares e bens de capital industriais visam dar mais competitividade à produção nacional.

Mas há muito mais a ser feito. Um país rico e desenvolvido não é aquele que exporta muito, mas aquele cujo povo tem alto poder de consumo. Dependência externa não necessariamente significa estarmos atrelados ao FMI. É somente com políticas mais intensas de recuperação do poder de consumo dos brasileiros e de redistribuição de renda que parte importante do empresariado nacional poderá sobreviver sem depender tanto das oscilações na taxa de câmbio e das intempéries do mercado externo.

* Economista, sociólogo e professor da FAAP

E-mail: fape2@yahoo.com